

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP 047/2025

Objetivo:

O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é analisar a viabilidade de credenciamento de entidades educacionais privadas com fins ou sem fins lucrativos que sejam regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Municipal Termo de Credenciamento para atendimento de crianças de zero mês a cinco anos, onze meses e vinte e nove dias, na Educação Infantil, fornecendo os elementos essenciais para compor o Termo de Referência e atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí e das unidades escolares da Rede Municipal.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Educação

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Altheya Manoela Radke Willecke	Diretora - DEI	668610	dei@edu.itajai.sc.gov.br
Jessica Manoela Porto	Supervisora de Gestão - DEI	1755305	gestao12@edu.itajai.sc.gov.br
Patricia Claudia Dias	Supervisora de Gestão - DEI	1573012	gestao1@edu.itajai.sc.gov.br
Grazielle Karen Vieira Nunes	Diretora de Assistência ao Educando	1360820	dae@edu.itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, enfrenta demanda crescente por vagas na Educação Infantil, especialmente na faixa etária de 0 (zero) mês a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, abrangendo creche (etapas de berçário e maternal) e pré-escola. A rede municipal de ensino, composta por unidades próprias, não dispõe de capacidade física e operacional suficiente para atender à totalidade das crianças nessa faixa etária, conforme os parâmetros de qualidade e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e pelo Plano Municipal de Educação.

Dessa forma, torna-se necessário ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil mediante parcerias com entidades educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, devidamente regularizadas, habilitadas e credenciadas junto à Administração Municipal, para atendimento direto às crianças, respeitando os princípios da universalização do acesso, qualidade do ensino, equidade e transparência.

O credenciamento visa possibilitar que todas as entidades interessadas e qualificadas possam se inscrever, desde que atendam às condições fixadas em edital, permitindo a celebração de Termos de Credenciamento ou Convênios de Colaboração para o atendimento de até 7.000 (sete mil) crianças, conforme a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação. Importante identificar as demandas, já que de fevereiro a dezembro de cada ano as

credenciadas completam 200 dias letivos, conforme calendário escolar publicado a cada ano. Já no mês de janeiro, os Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação entram em férias, inclusive as empresas de limpeza e de refeição escolar. Por isso, a solução encontrada foi o credenciamento para suprir a necessidade do município em disponibilizar um lugar seguro para as crianças matriculadas, em que os pais trabalham sem ter onde deixar os filhos.

O objetivo é assegurar a continuidade e ampliação do atendimento educacional na Educação Infantil, em consonância com o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e com o art. 7º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê o credenciamento como hipótese de contratação direta, aplicável a situações em que a seleção de interessados é aberta e permanente, sem caráter competitivo, com todos que atenderem às condições fixadas pela Administração.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A previsão de contratação dos serviços está incluída no Plano Anual de Contratações de 2025.

4. Descrição dos requisitos do potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação a ser realizada por meio de Termo de Credenciamento destina-se a selecionar entidades educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas e autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação de Itajaí (COMED) para o atendimento na Educação Infantil (creche e pré-escola).

As instituições interessadas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos de desempenho, estrutura e qualidade:

- 1.comprovar autorização de funcionamento emitida pelo COMED e inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 2.dispor de instalações adequadas, seguras e acessíveis, conforme normas sanitárias, de segurança e acessibilidade vigentes;
 - 3.manter corpo docente qualificado, com formação mínima exigida pela legislação educacional (Magistério ou Licenciatura em Pedagogia);
 - 4.observe as diretrizes curriculares da Educação Infantil, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e normas do MEC e da Secretaria Municipal de Educação;
 - 5.ofertar vagas gratuitas às crianças encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo atendimento inclusivo e equitativo;
 - 6.possuir capacidade técnica e operacional compatível com o número de vagas credenciadas
 - 7.manter cadastro atualizado junto à Secretaria Municipal de Educação, comunicando eventuais alterações cadastrais ou estruturais;
 - 8.cumprir as normas e diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 002/COMED/2010 e demais legislações aplicáveis. Esses requisitos visam assegurar a qualidade pedagógica, segurança física e regularidade jurídica das instituições participantes, promovendo a ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil com observância dos princípios da eficiência, economicidade e transparência.
- Esses requisitos visam assegurar a qualidade pedagógica, segurança física e regularidade jurídica das instituições participantes, promovendo a ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil com observância dos princípios da eficiência, economicidade e transparência.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras

contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Crianças matriculadas 2025	16.095
Solicitações de vagas 2026	6.286
Solicitações de vagas Plantão de férias	5.500

“A projeção para novas aquisições de vagas foi elaborada com base no número de crianças matriculadas no exercício anterior, acrescido de um percentual de 25% destinado a garantir margem de expansão. Tal acréscimo fundamenta-se, ainda, na tendência de aumento da demanda observada na fila única no período de janeiro a março de 2025.”

Projeção JANEIRO de 2026 – Esses números podem variar de acordo com a demanda			
FAIXA ETÁRIA	PERÍODO	QUANTIDADE VAGAS PLANTÃO	QUANTIDADE VAGAS ANUAL
Vaga Período integral – crianças de 0 (zero) mês a 3 (três) anos e onze meses e vinte e nove dias.	Integral	4.500	3379
Vaga Período integral – crianças de 4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.	Integral	1.000	1.745
Vaga Período parcial – crianças de 4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.	Parcial	—	1.162

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Com o objetivo de atender à demanda de vagas na Educação Infantil e assegurar o direito das crianças de 0 a 5 anos ao acesso à creche e pré-escola, foram analisadas as alternativas técnicas e econômicas possíveis para a ampliação do atendimento no Município de Itajaí.

a) Manutenção do funcionamento dos Centros de Educação Infantil (CEIs) da Rede Municipal durante o período de férias: Essa alternativa mostrou-se tecnicamente inviável e economicamente desfavorável, pois impede a realização da manutenção preventiva das unidades e o gozo das férias pelos profissionais efetivos. Além disso, implicaria custos adicionais significativos com contratação temporária de pessoal, serviços terceirizados de limpeza e alimentação, e consumo de insumos, elevando o custo operacional sem ganhos proporcionais de eficiência.

b) Credenciamento de instituições privadas de Educação Infantil: Considerando o número expressivo de entidades privadas regularizadas e distribuídas geograficamente no Município, essa alternativa apresenta vantagens técnicas e econômicas relevantes, uma vez

que as escolas já dispõem de estrutura física adequada, profissionais capacitados e autorização de funcionamento emitida pelo Conselho Municipal de Educação (COMED).

O credenciamento permitirá que o Município amplie rapidamente a oferta de vagas, atendendo à demanda de forma descentralizada e com pagamento apenas pelas vagas efetivamente ocupadas, o que assegura racionalidade no uso dos recursos públicos.

Pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Municipal de Educação junto a instituições privadas do Município indicou que os valores praticados estão compatíveis com a média regional, conforme histórico de credenciamentos anteriores e tabelas de referência do COMED.

Dessa forma, a contratação por credenciamento de instituições educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, revela-se a solução técnica e economicamente mais vantajosa, garantindo ampliação imediata da capacidade de atendimento, redução de custos operacionais e continuidade da oferta de serviços educacionais de qualidade à população.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

7.2 - Estima-se a contratação no valor máximo de R\$ R\$ 75.840.662,00 (Setenta e cinco milhões oitocentos e quarenta mil seiscientos e sessenta e dois reais)

7.2.1 - O valor estimado foi baseado na última contratação neste sentido EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2022, atualizado pelo IPCA.

O preço referência para pagamento por vaga/matricula mensal foi formado com base em pesquisa de mercado (contratos e editais públicos semelhantes) e atualizado o contratual atual praticado pelo município de Itajaí pelo índice IPCA (IBGE), garantindo razoabilidade, publicidade e compatibilidade com a legislação (art. 74 e arts. da Lei nº 14.133/2021, bem como princípios da administração pública).

O último apostilamento do Credenciamento 012/2022 foi referente ao período 12/2023 a 11/2024, corrigido pelo índice de 4,87301%. Para o novo credenciamento, foi verificado o índice de 4,18038% conforme Resultado no valor do Item 1 da tabela de credenciamento.

7.3 A adoção de valor unificado para ambas as naturezas jurídicas – com fins lucrativos e sem fins lucrativos - visa atender ao princípio da isonomia, **previsto no** art. 37, caput, da Constituição Federal, evitando distinção injustificada entre prestadores de serviço que executam a mesma atividade, com os mesmos padrões de qualidade e sob as mesmas exigências técnicas e pedagógicas estabelecidas pela Administração. Lei do FUNDEB (Lei nº 14.113/2020) autoriza expressamente a destinação de recursos do Fundo a instituições sem fins lucrativos que atuem gratuitamente na educação básica, conforme previsto em seu art. 7º, desde que atendam aos critérios de qualidade, regulamentação municipal e fiscalização adequada — condições estas plenamente asseguradas no presente processo. Portanto, a contratação mostra-se essencial, legalmente amparada e alinhada aos princípios da administração pública, assegurando eficiência, economicidade e, fundamentalmente, o direito das crianças à educação infantil.

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	12/2024
Data final	09/2025
Valor nominal	R\$ 1.229,59 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,04180380
Valor percentual correspondente	4,180380 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.280,99 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

O valor por vaga/mês deve cobrir (no mínimo) a remuneração de pessoal (remuneração de professores, auxiliares, coordenador pedagógico) proporcional à carga horária; os encargos trabalhistas e previdenciários; a alimentação, materiais pedagógicos e didáticos; despesas de conservação, limpeza, higiene e insumos; custos administrativos (gestão, secretariado, registro, matrículas); seguro, certificações e atendimento à vigilância sanitária; possível rateio de aluguel/energia/água (quando aplicável); margem técnica para manutenção e reposição eventual.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Após a análise das alternativas técnicas e econômicas disponíveis, concluiu-se que a solução mais adequada para atender à necessidade identificada é a contratação, por meio de credenciamento, de instituições educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, devidamente autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação, para oferta de vagas na Educação Infantil (creche e pré-escola) no Município de Itajaí/SC. A escolha pelo modelo de credenciamento fundamenta-se no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que possibilita a contratação direta de interessados para prestação de serviços de natureza contínua e similar, com condições padronizadas e não excludentes entre si. Essa solução mostra-se técnica e economicamente vantajosa para a Administração, pois:

* permite o atendimento descentralizado e imediato da demanda de vagas, aproveitando a infraestrutura já existente nas instituições privadas;

- * garante pagamento proporcional às vagas efetivamente utilizadas, promovendo racionalidade e controle dos gastos públicos;
- * reduz os custos relacionados à manutenção e ampliação de unidades próprias e à contratação temporária de profissionais;
- * assegura continuidade, qualidade e eficiência no atendimento às crianças de 0 a 5 anos, alinhando-se às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, a contratação por credenciamento representa a solução mais vantajosa sob os aspectos da economicidade, eficiência, conveniência administrativa e atendimento ao interesse público, garantindo a ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil com qualidade e regularidade jurídica.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O processo de credenciamento será estruturado por itens, conforme critérios técnicos e administrativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, uma vez que o objeto —a oferta de vagas na Educação Infantil —é divisível, sem prejuízo para a unidade do serviço ou perda de economia de escala.

O parcelamento permitirá maior amplitude de participação, possibilitando que diferentes instituições educacionais, inclusive de pequeno porte, apresentem interesse e sejam credenciadas, de acordo com sua capacidade operacional, localização geográfica e faixa etária de atendimento.

A adoção dessa forma é técnica e economicamente viável, assegurando maior competitividade e descentralização dos serviços, além de melhor atendimento às necessidades locais; Dessa forma, o parcelamento do objeto é a medida mais adequada para garantir eficiência, economicidade e isonomia, sem comprometer a padronização da solução.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação por credenciamento de instituições educacionais privadas visa promover eficiência na aplicação dos recursos públicos, melhor aproveitamento da estrutura administrativa e redução de custos operacionais da Secretaria Municipal de Educação. A adoção desse modelo permite ao Município evitar despesas fixas elevadas com contratação temporária de profissionais, manutenção de unidades escolares e ampliação de infraestrutura física, uma vez que as instituições credenciadas já dispõem de instalações adequadas, equipe capacitada e autorização de funcionamento. Além disso, o pagamento será realizado apenas pelas vagas efetivamente utilizadas, o que garante maior controle orçamentário e racionalidade na execução financeira. O credenciamento também contribui para o melhor aproveitamento dos recursos humanos da Rede Municipal, possibilitando o gozo regular das férias dos servidores efetivos durante o período de recesso escolar e evitando a necessidade de contratações emergenciais. Em termos de gestão de recursos materiais e de apoio, a medida reduz a demanda sobre contratos terceirizados de alimentação e limpeza durante o período de plantão de férias, evitando custos adicionais e otimizando o planejamento logístico.

Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade fiscal, assegurando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a manutenção da qualidade do atendimento na Educação Infantil.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Antes da formalização dos termos de credenciamento, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Educação Infantil, adotará as seguintes providências administrativas prévias:

- * verificação da regularidade jurídica, fiscal e técnica das instituições educacionais habilitadas;
- * conferência das autorizações de funcionamento emitidas pelo Conselho Municipal de Educação (COMED);
- * homologação e publicação do resultado do credenciamento no Diário Oficial do Município;
- * designação do gestor e do fiscal do contrato;
- * planejamento da distribuição de alunos entre as unidades credenciadas, de acordo com critérios de proximidade, faixa etária e disponibilidade de vagas.

Essas medidas visam garantir a regularidade jurídica, a eficiência operacional e a transparência do processo, assegurando que a contratação seja formalizada apenas após o cumprimento integral dos requisitos legais e administrativos.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Um possível impacto ambiental relacionado à contratação pleiteada é a destinação incorreta dos resíduos oriundos dos lixos.

Uso Sustentável da Água - Capacitar seus empregados para o uso racional da água, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais para aquisição e uso de equipamentos que promovam a redução do consumo.

Uso Sustentável da Energia Elétrica

Racionalizar o consumo de energia elétrica utilizando equipamentos mais eficientes que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações aplicáveis.

Verificar a existência de vazamentos de vapor ou de ar nos equipamentos de limpeza, nos sistemas de proteção elétrica e nas condições de segurança das extensões elétricas utilizadas. Realizar verificações e manutenções periódicas nos aparelhos elétricos, extensões, filtros, etc. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

Uso de Produtos de Limpeza Sustentáveis

Priorizar a utilização de produtos de limpeza biodegradáveis e menos tóxicos, que tenham menor impacto ambiental.

Preferir produtos certificados com selos de sustentabilidade ambiental.

Reduzir o uso de produtos de limpeza com compostos voláteis orgânicos (COVs) para minimizar a poluição do ar interior.

Redução e Destinação Ambientalmente Adequada dos Resíduos Sólidos

Adotar práticas de redução da geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva conforme a legislação específica.

Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente no que diz respeito à separação e armazenamento dos resíduos.

Utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação dos serviços, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

Retirar e acondicionar em sacos plásticos específicos os resíduos sólidos recicláveis descartados, armazenando-os em local apropriado.

Não acondicionar conjuntamente no mesmo saco plástico os resíduos recicláveis e os não recicláveis.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<div>Altheya Manoela Radke Willecke</div> <div>Matrícula: 668610</div> <div>Itajaí, 15 de outubro de 2025.</div>	<div>Michelle Rigueira da Silva</div> <div>Matrícula: 146703</div> <div>Itajaí, 15 de outubro de 2025</div>
INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<div>Patrícia Claudia Dias</div> <div>Matrícula: 1573012</div> <div>Itajaí, 15 de outubro de 2025</div>	<div>Jessica Manoela Porto</div> <div>Matrícula: 1755305</div> <div>Itajaí, 15 de outubro de 2025</div>
INTEGRANTE TÉCNICO	
<div>Grazielle Karen Vieira Nunes</div> <div>Matrícula: 1360820</div> <div>Itajaí, 15 de outubro de 2025</div>	

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 15 de outubro de 2025.

Michelle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação